



Evolução da Economia dos PALOP 2010/2011

No dia 19 de Setembro de 2011 realizou-se, em Lisboa, o XXI Encontro, entre as Delegações dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa que participaram na Assembleia Anual do FMI/BM. [Pag 2/3](#)

Eleições na Tunísia

As primeiras eleições da era pós-Ben Ali na Tunísia, inicialmente previstas para 24 de Julho, realizaram-se a 23 de Outubro. Esta alteração deveu-se, de acordo com o Primeiro-ministro tunisino interino, Béji Caid Essebsi, ao facto da Comissão Eleitoral precisar de mais tempo para organizar o processo. [Pag 4](#)

Problemas de Crescimento de Cabo Verde

O desenvolvimento de Cabo Verde reveste-se de alguma importância devido às suas particularidades. Considerado um estado inviável após a independência, fruto dos seus problemas e ausência de recursos, conseguiu gerir bem quer os apoios internacionais, quer os seus recursos, de modo a torna-se um caso exemplar no campo do desenvolvimento. [Pag 4/5](#)

Congresso da UNITA

A UNITA, maior partido da oposição angolana, marcou o seu XI Congresso, para os dias 13 a 16 de Dezembro, depois de pressão exercida por membros desta força política. O Congresso foi convocado pelo líder do partido, Isaiás Samakuva. [Pag 5](#)

Prémio Nobel da Paz

O Prémio Nobel da Paz de 2011 foi repartido por três mulheres, Ellen Johnson Sirleaf, Leymah Gbowee e Tawakul Karman, sendo que as duas primeiras são liberianas e a terceira iemenita. [Pag 5/6](#)

Pedro Pires recebe Prémio Mo Ibrahim

O antigo Presidente cabo-verdiano, Pedro Pires foi galardoado com o Prémio Mo Ibrahim, pelos anos em que exerceu o cargo. A Comissão de atribuição do prémio reconheceu que Pedro Pires teve um papel determinante na transformação de Cabo Verde num modelo de democracia, de estabilidade e de crescente prosperidade, tendo sido, por isso, escolhido por unanimidade. [Pag 6/7/8](#)

Gás Natural em Moçambique

A GALP Energia anunciou em Outubro a descoberta de gás natural de grande dimensão no offshore de Moçambique. A GALP é parceira do consórcio para a exploração da Área 4 na bacia de Rovuma, no offshore de Moçambique. A descoberta agora anunciada foi no prospecto Mamba South 1, localizado naquela área do país. [Pag 9](#)

Brasil Reforça Laços com Angola e Moçambique

No âmbito da sua primeira deslocação a África desde que assumiu a Presidência do Brasil, Dilma Rousseff, visitou oficialmente em Outubro Angola e Moçambique. [Pag 9/10](#)

Relatório Sobre a População Mundial 2011

O Fundo das Nações Unidas de População (FNUAP) apresentou em finais de Outubro o Relatório sobre a População Mundial 2011. O factor que mais se destaca é o crescimento da população mundial que, à data de 31 de Outubro, atingiu os 7 mil milhões de pessoas. [Pag 10/11](#)

Feira Internacional de Cabo Verde

Entre os dias 16 e 20 de Novembro decorreu no Mindelo (ilha de São Vicente) a Feira Internacional de Cabo Verde (FIC), a qual contou com 90 expositores, dos quais 30 eram empresas portuguesas ligadas a quase todos os sectores de actividade. A grande novidade da edição deste ano, foi a presença da moda, arte e da cultura. A realização deste evento é coordenada pela Câmara de Comércio Portugal Cabo Verde. [Pag 11](#)

Nova Capital da Guiné Equatorial

Vários países africanos decidiram, após as suas independências, criar ou transferir as suas capitais com base em questões económicas e políticas. Foi o caso da Nigéria que passou a sua capital de Lagos para Abuja. Da Costa do Marfim que, durante a Presidência de Félix Houphouët-Boigny que construiu uma nova capital na sua cidade natal, Yamoussoukro. Agora é a Guiné Equatorial que se prepara para mudar a capital de Malabo para uma nova a cidade a construir, Djibloho. Esta cidade fica localizada entre Bata e Mongomo a 20 quilómetros do novo aeroporto. [Pag 12](#)



Evolução da Economia dos PALOP 2010/2011

■ Luís Castelo Branco

No dia 19 de Setembro de 2011 realizou-se, em Lisboa, o XXI Encontro, entre as Delegações dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa que participaram na Assembleia Anual do FMI/BM. Durante este encontro foi apresentado o relatório do Banco de Portugal intitulado “**Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste – 2010/2011**”¹. O objectivo deste relatório é, à semelhança dos anos anteriores, o de contribuir para um melhor conhecimento da realidade económica dos PALOP, tanto no que diz respeito aos dados macroeconómicos destes países como das suas relações económicas e financeiras com Portugal.

As relações comerciais entre Portugal e os PALOP conheceram em 2010 uma diminuição nas exportações, menos 9% do que em 2009. Em termos nominais as exportações portuguesas para este conjunto de países atingiram 2.4 mil milhões de euros, menos 243 milhões do que em 2009. Para esta diminuição contribuíram a redução das exportações para Angola, menos 328 milhões de euros. Em sentido contrário aumentaram as exportações para Cabo Verde, mais 41 milhões de euros, e para Moçambique, mais 30 milhões. No seu conjunto, as exportações portuguesas para estes países representaram 6,6% do total das exportações portuguesas, quando em 2009 tinha sido de 8,3% do total.

No caso das importações houve um aumento considerável, quase triplicando o seu valor, embora represente apenas 1,1% do total das importações portuguesas. As importações representam, em termos nominais, 602 milhões de euros em 2010, quando em 2009 tinham sido 398 milhões de euros. Este aumento explica-se pelas importações de petróleo angolano. Angola é, de longe, o principal destino das exportações portuguesas e o maior originador das importações, representando, respectivamente, 94% e 79% em 2010.

Face à descida das exportações e ao crescimento das importações, o saldo da balança comercial com os PALOP e Timor Leste reduziu o seu excedente em 2010, invertendo a tendência de reforço registada desde 1999, tendo atingido 1.8 mil milhões de euros, o que representa menos 26% do que em 2009.

Na análise da situação económica de **Angola**, destaca-se em 2010 o aumento das receitas petrolíferas e a execução bem sucedida do programa de ajustamento macroeconómico com o apoio do Fundo

Monetário Internacional (FMI). Estes factores permitiram que se registasse uma melhoria dos desequilíbrios orçamentais e externos existentes em 2009. Esta situação permitiu uma ligeira aceleração do ritmo da actividade, embora a inflação ainda se mantivesse em níveis elevados.

Apesar de se ter registado em 2010 uma diminuição da produção petrolífera, pela necessidade de reparar vários blocos, o aumento dos preços do petróleo compensou esta diminuição.

O aumento das receitas petrolíferas permitiu uma melhoria muito significativa da posição externa angolana, com a balança corrente a apresentar-se novamente positiva. Para além do impacto favorável provocado pelo aumento das receitas petrolíferas, a execução orçamental de 2010 reflectiu também o esforço de consolidação levado a cabo pelas autoridades angolanas. Assim sendo, foi possível reverter o défice orçamental de 2009, 8,6% do PIB, e alcançar um excedente de dimensão equivalente ao contabilizado em 2008, 8,9% do PIB, libertando ainda recursos para sustentar uma redução substancial de atrasados.

Em relação a **Cabo Verde**, a implementação de um avultado programa de investimento público (PIP), como forma de resposta aos efeitos da crise internacional, marcou a economia cabo-verdiana em 2010 e continuará a fazer-se sentir em 2011. A execução do PIP, dedicado sobretudo às infra-estruturas e financiado principalmente por fundos externos, tem como consequência directa défices orçamentais elevados, 10,9% do PIB em 2010, e uma previsão de 10,3% em 2011, e o crescimento do stock da dívida externa, que ultrapassou os 50% do PIB em 2010.

Ao longo de 2010 registou-se uma efectiva dinamização da actividade económica, baseada no sector da construção e na recuperação do turismo e dos transportes, o que se traduziu num crescimento real de 5%. Esta tendência deverá manter-se em 2011. O aumento das exportações de serviços, aliado a um aumento das transferências correntes externas, permitiu uma redução da balança corrente para os 11,4% do PIB em 2010.

Para a **Guiné-Bissau** o ano de 2010 foi acompanhado de uma normalização da situação sociopolítica do país, o que teve evidentes consequências positivas no desempenho económico. A melhoria da si-

¹ Banco de Portugal (2011): **Evolução da Economia dos PALOP e Timor Leste**.

<http://www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoesIntervencoes/Banco/Cooperacao/Publicacoes/>



tuação económica foi também possível graças ao apoio do programa de Assistência de Emergência Pós-Conflito do FMI. Em 2009 o FMI aprovou um plano de 1.950 milhões de euros de apoio ao programa económico do governo da Guiné-Bissau. O objectivo central deste programa foi o de promover o reforço da capacidade institucional e administrativa, necessária para sustentar a recuperação económica do país.

O bom cumprimento das metas estabelecidas pelo FMI permitiu a aprovação de um novo programa mais vasto no âmbito da *Extended Credit Facility* (ECF), em Maio de 2010, com o horizonte de três anos, cujos objectivos visam o reforço das finanças públicas, modernização da administração pública e de aumento da qualidade dos seus serviços. O fomento do emprego constitui também uma prioridade, pretendendo-se a sua criação através da remoção de barreiras ao desenvolvimento do sector privado e da melhoria na disponibilização de serviços financeiros.

A avaliação positiva do programa apoiado pela ECF, seis meses após o seu início, permitiu o reatamento do processo de alívio da dívida, tendo em Dezembro de 2010 sido acordada a obtenção do ponto de conclusão da *Iniciativa Heavily Indebted Poor Countries* (HIPC) e o acesso à *Multilateral Debt Relief Initiative* (MDRI). A Guiné Bissau garantiu, deste modo, uma redução significativa do seu stock de dívida externa, estimando-se que tenha passado de 128% do PIB em 2009 para 20,1% em 2010.

Para 2011 prevê-se um aumento do crescimento real do PIB, que se deverá situar nos 4,3%, motivado pelo aumento da procura internacional da castanha de caju, produto que representa cerca de 80% das exportações do país, e na actividade de reconstrução de infra-estruturas financiado pelo investimento público. Este impulso da despesa terá como reflexo um maior défice orçamental, apesar de se esperar um bom comportamento no capítulo da arrecadação de receitas.

À semelhança de anos anteriores, **Moçambique** manteve níveis de crescimento acima dos 6%. Este crescimento tem estado alicerçado em mega-projectos, nas áreas do alumínio, energia eléctrica, gás natural, titânio e carvão. O aumento das exportações destes produtos, aliada a uma ligeira diminuição das importações, permitiu uma melhoria do défice corrente externo, para 10,1% do PIB, face aos 12,4% em 2009.

Em 2011 espera-se um aumento da taxa de crescimento, fruto do aumento das exportações dos mega-projectos, nomeadamente da exploração de carvão de Moatize. No entanto, há alguns riscos associados a factores internos e externos. No campo interno, a pressão exercida sobre a despesa pública exercida pelo subsídio aos combustíveis provocará um agravamento do défice orçamental. O fim deste subsídio, que já foi tentado pelas autoridades moçambicanas, poderá provocar uma nova onda de protestos semelhante à ocorrida em Setembro de 2010.

Do ponto de vista externo, os principais doadores moçambicanos estão a diminuir os seus apoios. Esta diminuição é particularmente visível nas contribuições para o orçamento de estado moçambicano. No seio do Grupo dos 19 doadores, bilaterais e multilaterais, que contribuem directamente para o orçamento, há já dois, Holanda e Bélgica, que anunciaram a sua saída. As justificações para esta decisão estão associadas aos poucos resultados alcançados pelas autoridades de Maputo no combate à pobreza, mas também devido à crise internacional que atinge os doadores.

São Tomé e Príncipe continua a desenvolver esforços que permitam à sua economia ultrapassar a sua pequena dimensão. Nesse sentido, a estratégia prosseguida pelas autoridades santomenses visa promover a modernização e a abertura da economia nacional. Esta estratégia está a ser acompanhada por programa macroeconómicos apoiados pelo FMI e do Acordo de Cooperação Económica assinado com Portugal, que assenta no estabelecimento de uma taxa fixa entre a moeda nacional, a dobra, e o euro.

Se, por um lado, o aumento das importações tem provocado o agravamento dos desequilíbrios externos, por outro lado, esse mesmo aumento tem permitido um aumento na arrecadação dos impostos aduaneiros.

A situação económica em 2011 estará dependente da evolução da situação política. Após as eleições presidenciais de Agosto de 2011, que deram a vitória a Manuel Pinto da Costa figura ligada ao principal partido da oposição, o MLSTP-PSD, interessa ver como é será a coabitação com o governo de Patrice Trovoada líder da ADI. A existência de estabilidade política e essencial para proceder quer a reformas estruturais, quer em atrair investimento externo. No entanto, com base no passado recente, esta convivência poderá não ser fácil de alcançar.



Eleições na Tunísia

As primeiras eleições da era pós-Ben Ali na Tunísia, inicialmente previstas para 24 de Julho, realizaram-se a 23 de Outubro. Esta alteração deveu-se, de acordo com o Primeiro-ministro tunisino interino, Béji Caïd Essebsi, ao facto da Comissão Eleitoral precisar de mais tempo para organizar o processo.

Estas eleições levaram ao estabelecimento de uma assembleia constituinte, composta por 217 membros, encarregada de redigir uma nova Constituição que substituirá a do antigo regime. Segundo o Presidente da Comissão Eleitoral, Kamel Jendoubi, a assembleia determinará a duração do seu mandato.

Primeiro país da chamada Primavera Árabe, a Tunísia também foi o primeiro país a realizar eleições para eleger uma assembleia constituinte, nove meses depois da queda do regime de Ben Ali, que foi deposto do poder por uma revolução popular no dia 14 de Janeiro, após 23 anos no poder.

O Partido Islâmico Ennahda, considerado o grande favorito a vencer as eleições, escolheu a cidade de Sidi Bouzid, berço da revolução tunisina, para lançar sua campanha. Fortemente reprimidos durante o governo de Ben Ali, os partidos e candidatos islâmicos beneficiam de uma certa simpatia de parte da população por terem sido, durante anos, a oposição do antigo regime. Porém, a oposição aos partidos islâmicos gosta de lembrar, com frequência, que não foram eles que fizeram a revolução. Analistas e sondagens apontaram para uma vantagem do partido Ennahda, que prometem não pôr em causa a laicidade do Estado.

Os eleitores escolheram entre 11.686 candidatos, repartidos por 1.517 listas apresentadas por 80 partidos e independentes. A taxa de participação nas eleições situou-se nos 90% dos eleitores.

Os resultados finais das eleições deram a vitória ao Ennahda, o qual ocupará 90 dos 217 lugares da Assembleia Constituinte, seguido pelo o Congresso pela República (CPR, esquerda nacionalista) com 30 lugares (13,82% dos votos), em terceiro lugar ficou o Ettakatol (esquerda), 21 lugares (9,68%). A candidatura surpresa destas eleições, a Petição Popular de Hechmi Haadmi, um rico empresário tunisino, surge em quarto lugar com 19 lugares. O Partido Democrata Progressista (PDP, centro), organização histórica tunisina ficou no quinto lugar, com 17 lugares.

O Ennahda, que se legalizou logo depois da revolução, será o grande responsável pela nova era que a Tunísia agora enfrenta, sendo que as expectativas populares são bastante elevadas.

Uma das preocupações que a vitória do Ennahda despertou foi o facto de poder vir a aplicar a lei islâmica no país. No entanto, O partido islâmico Ennahda, anunciou que não irá impor às mulheres o uso de véus, lenços ou burcas. O líder do partido Rachid Ghannouchi explicou que todas as tentativas de criar a norma em outros países árabes falharam e que por isso a experiência não irá se repetir na Tunísia. Ghannouchi acrescentou que as mulheres também terão o direito de ocupar cargos no governo, mesmo se usarem ou não o véu.

Problemas de Crescimento de Cabo Verde

O desenvolvimento de Cabo Verde reveste-se de alguma importância devido às suas particularidades. Considerado um estado inviável após a independência, fruto dos seus problemas e ausência de recursos, conseguiu gerir bem quer os apoios internacionais, quer os seus recursos, de modo a torna-se um caso exemplar no campo do desenvolvimento. Tal situação permitiu que o país passasse de País Menos Avançado (PMA) para País de Rendimento Médio em 2007, encontrando-se neste momento numa fase de transição, que terminará em 2015. Até ao fim do período de transição, o país deverá concluir todas as reformas em curso e obter financiamentos concessionais. Porém, esta graduação implicaria a diminuição dos apoios internacionais, não sendo claro como é que esses apoios serão substituídos por outros mecanismos. Cabo Verde terá de, a partir de 2015, ir buscar financiamentos internacionais a preços de mercado, com o conseqüente aumento das taxas de juro.

Esta situação tem sido uma preocupação permanente do governo da Praia. O Ministro das Relações Exteriores (MIREX) cabo-verdiano, Jorge Borges, alertou que Cabo Verde corre o risco de não conseguir seguir um caminho sustentável para se manter no nível de país de rendimento médio devido a factores externos.



Este alerta de foi feito durante a abertura de um encontro de dois dias sobre "A Graduação de Cabo Verde e as Consequências no Acesso Preferencial aos Mercados", que juntou em Outubro, na Cidade da Praia, representantes de instituições nacionais e internacionais. O encontro visou delinear estratégias para colocar produtos "Made in Cabo Verde" no mercado da União Europeia (UE), numa altura em que, a quatro anos de distância (2015), o arquipélago deixará de beneficiar das prerrogativas que são atribuídas pela UE aos países menos avançados.

Para o governo cabo-verdiano, e apesar dos progressos significativos, Cabo Verde é um país em transição, ainda confrontado com as vulnerabilidades económicas, sendo que os dois principais sectores da economia, turismo e remessas dos seus emigrantes, são altamente dependentes do clima financeiro global.

Existe um terceiro factor crítico para a economia do país e que tem a ver com a ajuda pública ao desenvolvimento (APD), que tem vindo a aumentar desde a graduação de Cabo Verde (em 2007) e que as perspectivas apontam para uma diminuição devido às dificuldades financeiras dos países doadores e o fim do período de transição. Se esta diminuição da APD não for acompanhada por fontes de financiamento alternativas, que neste momento não se vislumbram, o país poderá sofrer as consequências imediatas em diversos sectores da sociedade.

Estas alertas cabo-verdianas já tinham sido feitas pela sua Ministra das Finanças, Cristina Duarte, em Setembro, durante a Conferência dos Ministros das Finanças Africanos com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, que decorreu em Nova Iorque. A ideia transmitida nessa altura, foi a de que o país não pode ser prejudicado por ter tido um bom comportamento ao longo dos anos. A graduação de Cabo Verde deve ser vista como algo positivo de modo a incentivar outros países a seguirem o mesmo caminho. No entanto, se a graduação de Cabo Verde não trouxer benefícios ao país, dificilmente outros seguiram o seu caminho.

Segundo a Ministra das Finanças, Cabo Verde corre o risco de cair na armadilha do País de Rendimento Médio (PRM) face ao contexto económico internacional adverso, alertou a ministra das Finanças cabo-verdiana, que apelou a uma maior flexibilização nas regras laborais. É necessário olhar para o mercado de trabalho e analisá-lo do ponto de vista formal e informal. Na componente formal, na

maioria dos países em África, também em Cabo Verde, o mercado de trabalho não é flexível. Há um défice de flexibilidade no trabalho, o que leva a que o mercado de trabalho informal tenha um peso colossal em África.

Congresso da UNITA

A UNITA, maior partido da oposição angolana, marcou o seu XI Congresso, para os dias 13 a 16 de Dezembro, depois de pressão exercida por membros desta força política. O Congresso foi convocado pelo líder do partido, Isaías Samakuva.

Isaías Samakuva, na ocasião, exortou a todos os membros e militantes do partido a se compenetrarem no espírito de dignificação deste grande evento, que marcará o ponto de partida para os desafios que 2012, que será ano de eleições.

As divisões internas que estão a afectar a UNITA vão afectar o Congresso e a enfraquecer, ainda mais, o partido. A divisão mais séria é a que separa os apoiantes do Presidente Samakuva e os apoiantes de Abel Chivukuvuku, figura importante do partido e eventual alternativa ao actual Presidente.

Prémio Nobel da Paz

O Prémio Nobel da Paz de 2011 foi repartido por três mulheres, Ellen Johnson Sirleaf, Leymah Gbowee e Tawakul Karman, sendo que as duas primeiras são liberianas e a terceira iemenita.

De acordo com o Presidente Comité Nobel, do Thorbjørn Jagland, as laureadas foram recompensadas pela sua luta não violenta, pela segurança das mulheres e pela sua participação nos processos de paz. A esperança do Comité é que o prémio ajude a colocar um fim na opressão às mulheres que ainda ocorre em muitos países e a reconhecer o grande potencial para a democracia e para a paz que as mulheres podem representar.



A Presidente da Libéria, Ellen Johnson Sirleaf, foi a primeira mulher democraticamente eleita para a presidência de um país em África. Sirleaf participou pela primeira vez no governo liberiano durante o mandato do Presidente William Tolbert, quando desempenhou o cargo de Ministra das Finanças. Em 1985, sendo candidata para ocupar um assento no Senado, criticou publicamente o regime militar, o que lhe valeu uma condenação de dez anos de prisão, embora fosse libertada pouco depois de ser presa. Depois da passagem pela cadeia, viveu no exílio até 1997, quando regressa à Libéria como economista do Banco Mundial em África.

Embora inicialmente Sirleaf tenha apoiado a revolta de Charles Taylor contra o General Samuel Doe, posteriormente passou à oposição e participou nas eleições liberianas de 1997, nas quais obteve apenas cerca de 10% dos votos.

Assumiu o cargo de Presidente do país em 2005, após mais de 24 anos de uma Guerra Civil que marcou o país e a Comunidade Internacional pelas duras imagens de violência e a existência de milhares de crianças soldados. Desde que assumiu a chefia do país, Sirleaf tem vindo a desenvolver uma política destinada a promover o crescimento e desenvolvimento liberiano, ao mesmo tempo que aposta no fortalecimento do papel das mulheres na sociedade.

Durante os últimos anos, Sirleaf também apostou na juventude, muito traumatizada pela Guerra Civil, apostando no seu regresso às escolas. Paralelamente, o país apostou numa política de reconciliação nacional, mas que implica a condenação daqueles que estiveram associados aos crimes durante os anos do Presidente Charles Taylor. O combate à corrupção também tem sido uma prioridade. A recuperação do país tem contado com o apoio da Comunidade Internacional, nomeadamente dos EUA.

A outra africana premiada, Leymah Gbowee, é igualmente liberiana, a qual se distinguiu pela mobilização e organização das mulheres, independentemente da sua etnia e religião, com o objectivo de acabar com a Guerra Civil no país. Depois de ter enfrentado o regime de Charles Taylor, Gbowee promoveu uma série de actividades com o intuito de mobilizar as mulheres no apoio à campanha eleitoral de Sirleaf.

Pedro Pires recebe Prémio Mo Ibrahim

O antigo Presidente cabo-verdiano, Pedro Pires foi galardoado com o Prémio Mo Ibrahim, pelos anos em que exerceu o cargo. A Comissão de atribuição do prémio reconheceu que Pedro Pires teve um papel determinante na transformação de Cabo Verde num modelo de democracia, de estabilidade e de crescente prosperidade, tendo sido, por isso, escolhido por unanimidade. Este prémio visa galardoar antigos Chefes de Estado e de Governo africanos que tenham cessado as suas funções e que se tenham destacado pela excelência e pelo respeito dos limites constitucionais democráticos.

No passado, o prémio já foi atribuído a figuras como os antigos presidentes Nelson Mandela (África do Sul), Festus Mogae (Botswana) e Joaquim Chissano (Moçambique). No entanto, nos últimos anos o prémio não tinha sido atribuído porque o júri achou que não havia ex-governantes em condições de o receberem.

O Prémio Ibrahim reconhece e premeia a excelência na liderança africana. O prémio é atribuído a um ex-Chefe de Estado de um governo africano eleito democraticamente, que tenha cumprido o seu mandato constitucionalmente definido e cessado funções nos últimos três anos.

O Prémio Ibrahim consiste em 5 milhões de USD, entregues ao longo de 10 anos e mais 200.000 USD por ano, até ao fim da vida. Trata-se do maior prémio atribuído anualmente, em todo o mundo. A Fundação pondera conceder mais 200.000 USD por ano, durante dez anos, para actividades de interesse público e boas causas que o vencedor deseje apoiar.

O vencedor do Prémio Mo Ibrahim é escolhido por uma Comissão do Prémio independente, composta por Martti Ahtisaari, Mohamed El-Baradei, Salim Ahmed Salim, Mary Robinson, Aïcha Bah Diallo, Kofi Annan, nomeada pela Direcção da Fundação, que avalia todos os líderes da África Subsariana elegíveis durante o seu exercício de governação e desempenho do seu país durante o mandato.

A Fundação Mo Ibrahim foi criada pelo empresário sudanês com o mesmo nome, que fez fortuna no ramo das telecomunicações. A Fundação foi criada em 2006 com o objectivo de promover a boa liderança em África. Em 2007 criou o prémio Mo Ibrahim destinado a premiar a excelência na liderança Africana.

Paralelamente, a Fundação criou o Índice Ibrahim sobre a governação africana, o qual analisa a performance dos países africanos à luz de diversos critérios. Em 2011, os resultados mostram os avanços e recuos dos vários países africanos. Este Índice baseia-se

em 86 indicadores agrupados em 14 sub-categorias e quatro categorias abrangentes para medir a efectiva entrega dos bens e serviços públicos aos cidadãos africanos. Os resultados deste ano são os seguintes²:

Ibrahim Index 2011					
Resultados 0-100					
Posição		Resultado	Posição		Resultado
1	Maurícias	82,5	28	Líbia	49,9
2	Cabo Verde	79,0	29	Djibuti	48,7
3	Botswana	76,1	30	Serra Leoa	48,2
4	Seychelles	73,5	31	Comores	47,4
5	África do Sul	70,6	32	Mauritânia	47,3
6	Namíbia	69,7	33	Madagáscar	47,1
7	Gana	66,0	34	Etiópia	45,8
8	Lesoto	62,8	35	Togo	45,6
9	Tunísia	61,7	36	Libéria	45,4
10	Egipto	60,7	37	Burundi	45,1
11	Benim	59,9	38	Camarões	45,0
12	São Tomé e Príncipe	58,4	39	Níger	44,2
13	Tanzânia	58,1	40	Congo	42,4
14	Marrocos	57,8	41	Nigéria	41,1
15	Senegal	57,5	42	Angola	40,8
16	Zâmbia	57,0	43	Guiné Conacry	37,8
17	Malawi	56,5	44	Guiné-Bissau	37,2
18	Algéria	55,3	45	Guiné Equatorial	36,5
19	Burkina Faso	55,1	46	Costa do Marfim	36,3
20	Uganda	55,0	47	Eritreia	34,8
21	Moçambique	54,6	48	Sudão	33,1
22	Mali	53,6	49	Rep. Centro-Africana	32,6
23	Quénia	52,6	50	Rep. Democrática do Congo	32,4
24	Gâmbia	51,8	51	Zimbabwe	30,9
25	Ruanda	51,7	52	Chade	30,6
26	Suazilândia	51,4	53	Somália	7,9
27	Gabão	50,7			

² <http://www.moibrahimfoundation.org/en/section/the-ibrahim-index>



Com base na informação recolhida nas diversas categorias analisadas pelo Índice, os países com melhor pontuação nas diversas áreas foram os seguintes.

Os melhores cinco ao nível da Segurança e Estado de Direito:

1. Maurícias (89)
2. Botswana (87)
3. Cabo Verde (87)
4. Namíbia (78)
5. Seychelles (78)

Os melhores cinco ao nível da Participação e Direitos Humanos:

1. Cape Verde (78)
2. Maurícias (75)
3. África do Sul (72)
4. Gana (69)
5. Botswana (68)

Os melhores cinco ao nível do Desenvolvimento Económico Sustentável:

1. Maurícias (79)
2. Egipto (70)
3. Cabo Verde (68)
4. Botswana (68)
5. Tunísia (67)

Os melhores cinco ao nível do índice de Desenvolvimento Humano:

1. Tunísia (88)
2. Maurícias (87)
3. Seychelles (86)
4. Cabo Verde (83)
5. Líbia (82)

Na análise geral dos resultados deste ano do Índice relativamente aos países africanos lusófonos, cabe destacar a excelente posição alcançada por Cabo Verde, quer nas diversas categorias, quer a nível global. Cabo Verde alcança a sua melhor classificação na categoria de Segurança e Estado de Direito (87 pontos) e o pior desempenho na área do Desenvolvimento Económico Sustentável (68).

O segundo país melhor colocado, no contexto de 53 países africanos, é São Tomé e Príncipe que ocupa o 12º lugar. O pior desempenhado situa-se na categoria do Desenvolvimento Económico Sustentável (38 pontos), e o melhor é na área da Segurança e Estado de Direito (65).

O terceiro país lusófono a surgir na lista é Moçambique que se encontra no 21º lugar. O melhor desempenho de Moçambique é na categoria da Segurança e Estado de Direito (61 pontos) e o pior é na área do Desenvolvimento Humano (48).

Angola surge no 42º lugar com o melhor desempenho na categoria da Participação e Direitos Humanos (43 pontos) e o pior na área da Segurança e Estado de Direito (39).

O último país lusófono desta lista é a Guiné-Bissau que surge em 44º lugar. O melhor desempenho situa-se na categoria da Segurança e Estado de Direito (40 pontos) e a pior na área da Desenvolvimento Económico Sustentável (33).



Gás Natural em Moçambique

A GALP Energia anunciou³ em Outubro a descoberta de gás natural de grande dimensão no offshore de Moçambique. A GALP é parceira do consórcio para a exploração da Área 4 na bacia de Rovuma, no offshore de Moçambique. A descoberta agora anunciada foi no prospecto Mamba South 1, localizado naquela área do país.

A prospecção realizada encontrou um total de 212 metros de reservatório de gás natural, em areias oligocénicas de elevada qualidade, acrescenta o comunicado da petrolífera. O poço Mamba South 1 está localizado numa profundidade de água de 1.585 metros e a cerca de 40 quilómetros da costa de Cabo Delgado, na área Norte do offshore de Moçambique, é o primeiro poço de exploração a ser perfurado na Área 4.

Segundo a GALP, os resultados deste poço excedem as expectativas existentes antes da perfuração e confirmam a bacia de Rovuma como uma província de gás natural de classe mundial. Os volumes relevantes de gás natural descobertos poderão conduzir ao desenvolvimento de um projecto de gás de grande dimensão, com a combinação de exportação para mercados regionais e internacionais através de GNL e o abastecimento ao mercado doméstico. Este desenvolvimento irá suportar o crescimento industrial e económico de Moçambique.

A GALP Energia detém uma participação de 10% no consórcio que explora a Área 4, cabendo 70% à ENI (operadora), 10% à KOGAS e 10% à ENH., Na comunicação da ENI ao mercado italiano, aponta-se para um potencial de 425 mil milhões de metros cúbicos de gás na exploração do bloco Mamba South 1.



³ <http://www.galpennergia.com/PT/investidor/Noticias/Documents/2011/MambaSouth1vpt.pdf>

Brasil Reforça Laços com Angola e Moçambique

No âmbito da sua primeira deslocação a África desde que assumiu a Presidência do Brasil, Dilma Rousseff, visitou oficialmente em Outubro Angola e Moçambique.

O primeiro país visitado foi Moçambique, onde a Presidente brasileira esteve durante três dias. Em Moçambique a presença brasileira é bastante forte e diversificada. A visita coincidiu com as cerimónias aos 25 anos da morte do ex-presidente Samora Machel. No Monumento aos Heróis Moçambicanos, Dilma Rousseff prestou homenagem ao primeiro presidente do país.

Os encontros mantidos com o Presidente moçambicano, Armando Guebuza, serviram para fosse delineado um novo acordo de cooperação técnica entre Brasil e Moçambique. Em Moçambique, o Brasil apoia iniciativas nas áreas de saúde, como a produção de medicamentos anti-retrovirais; educação e formação profissional, com destaque para a Universidade Aberta do Brasil, que atende actualmente a cerca de 600 alunos em diferentes regiões, e o intercâmbio de 400 estudantes moçambicanos em universidades brasileiras; agricultura, com o projecto Pró-Savana de desenvolvimento nas savanas tropicais, executado em conjunto com o Japão; e formação profissional. A cooperação brasileira naquele país deve representar, entre 2010 e 2013, cerca de 70 milhões de USD.

Um dos objectivos essenciais da visita de Dilma Rousseff a Moçambique foi também o de ampliar as relações bilaterais e fortalecer o comércio entre os dois países. Nos últimos anos, os investimentos brasileiros em Moçambique cresceram de modo significativo na exploração mineral e nos sectores de logística e energia.

No plano internacional, os presidentes abordaram questões relacionadas à cooperação Sul-Sul e à governação mundial, defenderam a reforma de organismos multilaterais, reconheceram a importância da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que será realizada em Junho de 2012 no Brasil, e expressaram preocupação com a crise financeira internacional.

Durante a visita a Angola, os dois Chefes de Estado reiteraram, a importância da parceria estratégica, assinada em 23 de Junho de 2010, para intensificar a cooperação e a coordenação política entre os dois países. Os dois Chefes de Estado reafirmaram o interesse recíproco dos objectivos estabelecidos naquele documento serem convertidos, o mais rapidamente possível, em resultados concretos.



Um dos pontos do documento estabelece a constituição de uma comissão bilateral de alto nível, no âmbito da Parceria Estratégica, a realizar no primeiro trimestre de 2012. O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, António Aguiar Patriota, convidou o homólogo angolano, Georges Chikoti, a visitar o Brasil para conjuntamente trabalharem na agenda bilateral, que inclui a realização VII Reunião da Comissão Mista de Cooperação entre Angola e Brasil.

Os dois países também se comprometeram em apoiar o fortalecimento da CPLP, nomeadamente no âmbito da concertação política e diplomática, cooperação em todos domínios e promoção e difusão da língua portuguesa. O futuro fortalecimento da língua portuguesa passa, cada vez mais, pela capacidade destes dois países projectarem nas suas regiões e continentes o seu peso demográfico, diplomático e económico. Os dois Presidentes reforçaram o compromisso de trabalharem pela estabilidade política e militar na Guiné-Bissau, país onde Angola possui uma importante missão militar destinada a apoiar a reforça das forças armadas guineenses.

Ainda em relação à Guiné-Bissau, ambos os Presidentes mostraram-se confiantes que o Memorando de Entendimento entre a CPLP, a CEDEAO e a Guiné-Bissau, que deve balizar o roteiro para a aplicação da Reforma do Sector de Segurança daquele país, seja assinado proximamente.

Cientes da grave crise financeira que o mundo enfrenta, os dois líderes decidiram reavaliar os principais acordos, afim de dinamizar e, nalguns casos alargar, o âmbito de aplicação para relançar a cooperação bilateral.

O Chefe de Estado angolano apontou, como preferenciais no novo prisma da cooperação com o Brasil, preocupações como a erradicação da pobreza extrema e a fome, a universalização do ensino, a valorização do género e a redução da mortalidade infantil, num claro sinal de reconhecimento dos excelentes resultados dos programas desenvolvidos pelos brasileiros. Embora considere importante a cooperação com o Brasil, nas áreas da construção civil, da energia e da exploração mineira, que se tem reflectido nos avanços substanciais em matéria de expansão da rede escolar e sanitária, e no combate à fome e à pobreza, José Eduardo dos Santos considerou que "continua a existir um mundo de potencialidades e de oportunidades a explorar com benefícios mútuos".

O Presidente José Eduardo dos Santos afirmou ser de grande importância para Angola a concertação de posições com o Brasil no plano político e diplomático, com vista a poderem defender posições comuns sobre a necessidade de uma nova ordem mundial e sobre as grandes questões que preocupam a Humanidade, como a fome e a pobreza, o terrorismo, os crimes e tráficos transfronteiriços, as alterações climáticas e as grandes endemias. Por outro lado, Angola considera legítima a aspiração do Brasil de se tornar membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, por considerar que, a acontecer, se está a dar voz a um dos países com maior estabilidade e crescimento a nível mundial. Com o Brasil no Conselho de Segurança da ONU era também a garantia de uma "melhor cooperação sul-sul" e que a voz de outros países emergentes, como Angola.

Durante a sua visita oficial a Angola, Dilma Rousseff reafirmou o convite ao homólogo angolano para participar numa conferência sobre Meio Ambiente Desenvolvimento Sustentável e Inclusão Social, a "Rio + 20", que se realizará no Rio de Janeiro, de 4 a 6 de Junho de 2012.

Relatório Sobre a População Mundial 2011

O Fundo das Nações Unidas de População (FNUAP) apresentou em finais de Outubro o Relatório sobre a População Mundial 2011. O factor que mais se destaca é o crescimento da população mundial que, à data de 31 de Outubro, atingiu os 7 mil milhões de pessoas.

Em 2011, 60% da população mundial vivia na Ásia e 15%, em África. A população africana vem crescendo a uma taxa de 2,3% ao ano, mais que o dobro da população asiática (1% ao ano). A população da África ultrapassou pela primeira vez a marca de mil milhões em 2009, e estima-se que cresça mais mil milhões em apenas 35 anos (até 2044), mesmo se a taxa de fecundidade cair de 4,6 filhos por mulher, em 2005-2010, para 3 filhos por mulher, em 2040-2045.

Três países lusófonos - Guiné-Bissau, Angola e Moçambique - estão entre os que têm a pior taxa de mortalidade infantil, de acordo com o relatório sobre a 'Situação da População Mundial' relativo a 2011 divulgado esta quarta-feira.



Segundo o relatório do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), em cada 1000 nascidos vivos, morrem 192,6 na Guiné-Bissau (só ultrapassada por Afeganistão e Chade), 160,5 em Angola e 141,9 em Moçambique.

Entre os países de língua portuguesa seguem-se São Tomé e Príncipe com 77,8 crianças, e Timor-Leste com 56,4. Mais abaixo surgem Cabo Verde com 27,5 e Brasil com 20,6. Portugal apresenta uma taxa de 3,7.

Feira Internacional de Cabo Verde

Entre os dias 16 e 20 de Novembro decorreu no Mindelo (ilha de São Vicente) a Feira Internacional de Cabo Verde (FIC), a qual contou com 90 expositores, dos quais 30 eram empresas portuguesas ligadas a quase todos os sectores de actividade. A grande novidade da edição deste ano, foi a presença da moda, arte e da cultura. A realização deste evento é coordenada pela Câmara de Comércio Portugal Cabo Verde.

A XV edição da FIC ocupou uma área de 2.600 metros quadrados e teve como lema "15 Anos a Promover Negócios em Cabo Verde". A edição deste ano teve uma extensão à ilha vizinha de Santo Antão e um stopover na Cidade da Praia, a 14 deste mês, em que estiveram presentes cerca de 40 empresas portuguesas divididas por várias missões empresariais. O ponto alto das actividades foi a realização do stopover na Cidade da Praia, acção que englobou um seminário empresarial em que foi apresentado um estudo de oportunidades, elaborado no âmbito do projecto e direccionado ao mercado cabo-verdiano.

O país convidado desta edição, que lotou as instalações do parque de exposições do Mindelo em plena crise internacional, foi o Brasil, país para onde as exportações do arquipélago sofreram, nos primeiros nove meses deste ano, uma redução de 23% em relação ao mesmo período de 2010. Apesar disso, a presença brasileira neste país tem vindo a crescer nos mais diversos sectores. No que diz respeito à cooperação, o Brasil tem apostado em duas linhas de actuação: na área da educação, com o projecto de Alfabetização Solidária; e na

área da Formação Profissional. O relacionamento bilateral conheceu um aprofundamento com as deslocações do anterior Presidente Lula da Silva a Cabo Verde.

Orçada em 14 mil contos cabo-verdianos, a feira multisectorial constitui o maior evento comercial com dimensão internacional do país. À semelhança das edições anteriores, decorreram encontros empresariais e bolsas de contacto personalizados com o objectivo de promover parcerias entre os diversos participantes.

Para atrair mais investimento português, Cabo Verde pretende implementar nos próximos cinco anos um programa que dê prioridade ao desenvolvimento e reestruturação dos sectores da energia, transportes, infra-estruturas e modernização das pescas, bem como a criação de condições para a atracção de capitais externos.

A agricultura é considerada um eixo estratégico, com um ambicioso projecto de construção de 17 barragens e mais de 70 diques um pouco por todo o arquipélago, de forma a captar milhões de metros cúbicos de água que anualmente se perdem no mar por falta de retenção da água das chuvas.

Outro objectivo preconizado pela parte portuguesa que integra a organização da Feira é a oportunidade de conhecer e contactar empresários, associações empresariais e autoridades de Cabo Verde, mas também dos restantes 14 países da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).



Nova Capital da Guiné Equatorial

Vários países africanos decidiram, após as suas independências, criar ou transferir as suas capitais com base em questões económicas e políticas. Foi o caso da Nigéria que passou a sua capital de Lagos para Abuja. Da Costa do Marfim que, durante a Presidência de Félix Houphouët-Boigny que construiu uma nova capital na sua cidade natal, Yamoussoukro. Agora é a Guiné Equatorial que se prepara para mudar a capital de Malabo para uma nova a cidade a construir, Djibloho. Esta cidade fica localizada entre Bata e Mongomo a 20 quilómetros do novo aeroporto.

A construção desta nova capital administrativa do país obedece ao desejo do Presidente do país, Obiang Nguema Mbasogo. O projecto terá um investimento de cerca de 300 milhões de USD. O projecto prevê que a nova capital seja abastecida por energias renováveis e sustentáveis. Djibloho ocupará uma área de 8 mil hectares e poderá albergar 200 mil pessoas

O projecto de construção está a cargo do arquitecto português Miguel Correia do atelier Ideias de Futuro. A construção ficará a cargo da também empresa portuguesa Zagope. O projecto que será desenvolvido no meio da selva prevê a construção de uma série de infra-estruturas económicas e sociais que colocarão esta cidade entre as mais avançadas de África.

A nova capital estará dotada de toda uma série de equipamentos sociais destinados a satisfazer as necessidades da população. Destaca-se a construção de uma catedral, uma biblioteca pública, um pavilhão multiusos e um pavilhão destinado a albergar uma ópera.

Apesar das boas intenções do projecto, o regime de Obiang está a ser criticado pelo facto de ir gastar fundos num projecto considerado muito caro, quando parte significativa da população ainda tem carências básicas.

Apesar da enorme riqueza que deriva de uma produção diária de 400 mil barris de petróleo, o que faz com que o país tenha um rendimento per capita muito elevado, cerca de 40 mil USD, a verdade é que maioria da população vive em condições muito precárias. As condições de saneamento básico são muito precárias e não há água potável nas torneiras.



OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA
Boletim da Fundação Portugal África

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA
Rua de Serralves
191 - 4150-706 Porto
Tel.: 22 532 03 10 - Fax.: 22 532 03 11
E-mail: geral@portugalafrica.pt
www.fportugalafrica.pt

Ficha Técnica
Responsáveis pela edição
J. A. Azeredo Lopes
Luís Castelo Branco

Conceito Gráfico e Paginação
Porta de Comunicação

Tiragem
500 exemplares

Impressão
Gutengráfica
Depósito Legal: 223325/05